

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS: a (im) produtividade das mulheres em debate

Katiane Moraes da Silva¹

Elvira Simões Barretto²

RESUMO

Traz-se uma reflexão crítica feminista acerca da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos e sua relação com a questão da produtividade. O recorrido teórico e histórico, à luz do pensamento crítico, conduz ao entendimento de que a superação da ordem do capital implica no reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres e na superação da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos em âmbito público e privado.

Palavras-chave: Trabalho produtivo; Mulher; Capitalismo.

ABSTRACT

It presents a critical feminist reflection on the asymmetrical division of labor between the sexes and its relationship with the issue of productivity. The theoretical and historical journey, in the light of critical thinking, leads to the understanding that overcoming the order of capital implies recognizing the productive work of women and overcoming the asymmetrical division of labor between the sexes in the public and private spheres.

Keywords: Productive work; Woman; Capitalism.

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. katiane-moraes@hotmail.com.

² UFAL. Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, docente da Faculdade de Serviço Social UFAL. elvira.barretto@fssso.ufal.br

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

Como fruto de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório à luz do pensamento crítico, propõe-se a promover uma reflexão teórica e histórica em torno do trabalho produtivo das mulheres para o desenvolvimento do capitalismo e a divisão assimétrica do trabalho por sexo como mecanismo para assegurar manutenção do capitalismo.

A princípio, considera-se importante apresentar os pressupostos norteadores acerca do trabalho produtivo: 1. este se constitui como trabalho utilizado no processo direto e imediato de produção, ou seja, trabalho produtor de mais-valia (gera novos valores), sendo o trabalhador produtivo aquele ligado à esfera da produção, aquele que serve à autovalorização do capital: “é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1985, p. 109); 2. não importa a natureza em si da mercadoria, por isso, não necessariamente será produzido um bem material, podendo satisfazer uma necessidade do estômago ou da fantasia; 3. como explica Teixeira (1988, p. 7) “encerra, antes de tudo, uma relação social, que se expressa na troca capital/trabalho: o trabalhador produtivo, vendedor de força de trabalho e o capitalista, comprador dessa força de trabalho”. Então, “o trabalhador produtivo é um trabalhador assalariado que produz e valoriza capital, isto é, que produz mais-valia”. Em vista disso, Marx (1988, p. 144) explica: não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’. O mesmo trabalho poderia tanto ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, quanto improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem depende renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho é o âmago da sociabilidade humana a considerar que é a partir da sua realização cotidiana que o ser social se distingue de outros seres vivos. Nessa direção, Marx demonstra que por meio do trabalho há uma interação do ser humano com o mundo natural, pela qual tal indivíduo se apropria da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. O ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1985, p. 149). Assim, o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição essencial para sua existência. Independente de todas as formas de sociedade é o trabalho no seu sentido ontológico que funda o ser social. Netto (2012) acrescenta que o ser humano é natureza historicamente transformada e é essa transformação que o caracteriza como ser social e o situa para além da natureza. Em diálogo com Marx (1988), Mies (2019) alerta para o fato de que é preciso considerar que homens e mulheres agem na natureza com um corpo qualitativamente diferente e o trabalho das mulheres, em âmbito público e/ou doméstico, é produtivo. Esse pressuposto é norteador da presente reflexão em torno da divisão assimétrica e hierárquica do trabalho entre os sexos. Assim, não é possível esclarecer questões relacionadas a divisão sexual do trabalho a partir de um lógica regida pela natureza cuja autoridade de explicação do real cabe ao “homem”, enquanto ser genérico e abstrato.

2. RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO PRÉ-CAPITALISTAS E AS BASES DA DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS

O pulsar da história oferece subsídios para apreender que as sociedades originárias matrilineares³ (HARRISON,1903) permaneceram até a revolução neolítica, período que segundo informações antropológicas, consolidou-se entre 5.500 e 2.000 Antes de Cristo, a considerar que a “revolução neolítica foi um período que mudou radicalmente o modo de vivência humano: deixaram de ser

³ Sociedades cuja organização de seus povos se baseava no culto à deusa, visto que e a linhagem e descendência eram contadas em linha materna.

PROMOÇÃO



APOIO



nômades e passaram a ser sedentários, cultivar a terra e criar animais, desenvolvendo a agricultura e a pecuária” (SANTOS, 2016, p. 25).

Com o perdão do salto histórico, no Neolítico, o processo de domesticação de animais e do cultivo da terra, por necessidade objetiva de sobrevivência, conduz a mudanças significativas no âmbito da economia política, já tratadas por Engels (2012), entretanto, é importante salientar outro aspecto significativo e revolucionário, nesse contexto, que diz respeito às relações sociais de gênero e de sexualidade, quando da descoberta do sêmen no processo de reprodução humana. Mais precisamente, quando a convivência cotidiana com os animais levou à tomada de consciência da participação do macho da espécie humana na procriação, após milhares de anos acreditando que a fertilidade e a fecundação eram atributos exclusivamente femininos. Fato esse que deu origem, em vários pontos do planeta, à instituição de processos de disputa de poder dos homens em relação às mulheres, de forma sistemática com a proliferação de mecanismos de afirmação da superioridade masculina (BARRETTO, 2008).

Vê-se, portanto, que o período Neolítico traz consigo um marco na divisão social do trabalho e no desenvolvimento das forças produtivas (ENGELS, 2012). Mies (2019), por sua vez, salienta que nesse contexto ascende à hierarquização do trabalho entre homens e mulheres, e critica o determinismo biológico nos estudos sobre as origens da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos:

Este determinismo biológico, manifesto o encubierto, parafraseando la afirmación de Freud de que nuestra anatomía es nuestro destino, es posiblemente el obstáculo más arraigado para analizar las causas de la opresión y explotación de las mujeres (MIES, 2019, p. 103).

Na direção dos estudos de Mies (2019) é possível afirmar que no neolítico demarca-se a primeira divisão do trabalho por sexo, particularmente com a agricultura, pois a invenção do cultivo habitual de cereais, tubérculos e a necessidade da alimentação diária surgiram durante o neolítico por meio das mulheres, que não apenas colhiam e consumiam o que era posto pela natureza, faziam também crescer. Ao contrário do que propõe o conceito de produtividade

limitado e biologista, essa forma de preservação das mulheres foi de extrema importância para a produção do excedente econômico. Nas palavras de Mies (2019)

La continuación del cultivo de plantas alimenticias, principalmente tubérculos y granos, significó una nueva etapa y un enorme incremento en la productividad de la producción del trabajo femenino que, según la mayoría de los autores, permitió la producción de excedentes por primera vez en la historia (MIES, 2019, pág. 121).

A atividade produtiva das mulheres é pré-condição para produtividade masculina, levando em consideração que, “produtividade” nesse contexto, significa a capacidade específica dos seres humanos de produzir e reproduzir a vida no processo histórico. É essa tese que irá nortear a análise da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos durante as principais fases da história da humanidade.

La productividad femenina consistía, sobre todo, en la capacidad de proveer la subsistencia diaria, para garantizar la supervivencia de los miembros del clan o grupo. Las mujeres necesariamente tenían que garantizar el "pan de cada día", no sólo para ellas y sus hijos, sino también para los hombres, en caso de que no tuvieran suerte en sus expediciones de caza, ya que la caza es una especie de "economía del riesgo" (MIES, 2019, p 126).

Mies (2019), ao contrário de Marx e Engels reconhece a produtividade das mulheres.⁴ Desde os primórdios a relação da mulher com a natureza não era apenas produtiva, mas se tratava, sobretudo, de uma produção social. Argumenta que, ao contrário dos homens, que se limitavam a caçar e colher para si próprios, as mulheres praticavam a divisão da produção com os filhos. A relação da mulher com os filhos é, sem dúvida, uma das principais formas de relações sociais. A tecnologia desenvolvida pelas mulheres permaneceu produtiva, visto que, no sentido mais verdadeiro da palavra, elas produziam algo novo, principalmente, por meio do cultivo.

⁴ A sobrevivência da humanidade deve muito mais à “mulher coletora” do que ao “homem caçador”. As mulheres são as verdadeiras provedoras da maior parte da alimentação diária. Nessa perspectiva os homens caçadores, para fazer uma boa expedição, dependiam da contribuição alimentar de suas companheiras, e esta não era produzida na caça (Leacock, 1978; Brown, 1970 *apud* Mies, 2019, p. 128).



A tecnologia da caça, pelo contrário, tem caráter improdutivo já que seu significado reside basicamente em matar animais e outros seres humanos. Em sequência, a autora acrescenta que foi essa característica inerente às ferramentas de caça que se tornou decisiva durante o desenvolvimento posterior da produtividade masculina, bem como para as relações sociais exploradoras e desiguais. A autora acrescenta que a natureza do homem caçador é distintamente diferente da natureza da mulher coletora/agricultora. As principais ferramentas dos caçadores não são instrumentos de produção de vida, pelo contrário, são de destruição. Foi dessa forma, que os homens adquiriram poderes inclusive contra outros produtores (mulheres) mediante o uso de armas.

Na sociedade escravista⁵, o trabalho era realizado por meio da violência para a subjugação de corpos escravizados para o labor, onde os produtos derivados de tal trabalho eram apropriados pelo proprietário de terras. Com a divisão da comunidade em classes antagônicas, entram em cena os produtores diretos, responsáveis pela produção do conjunto de bens e os apropriadores do trabalho alheio, aqueles que se apropriavam dos bens excedentes (NETTO, 2012). A partir de então, tornou-se possível à expansão do comércio, a evolução do dinheiro⁶ e da propriedade privada⁷, que permitiu a concentração da riqueza e do poder nas mãos de uma pequena parcela dos indivíduos, causando um empobrecimento da maioria que não fazia parte deste grupo.

A partir da evolução das forças produtivas até a crise do Império Romano, o sistema escravista começou a enfraquecer. Diante desse contexto de transição,

⁵ Ao nos reportamos à era escravista, Netto (2012) relata que, tal o modo de produção estruturou-se no Ocidente por volta de 3.000 anos antes de Cristo mantendo-se até a queda do Império Romano. Le Goff, (2013) acrescenta que o declínio do Império Romano trouxe grandes transformações que desencadearam um novo mundo, muito diferente do vivenciado até então. Esse processo causou a maior parte das mutações da história da humanidade até hoje.

⁶ Mercadoria que funciona como medida do valor e, também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante, é dinheiro, um equivalente universal para trocas (MARX, 1985).

⁷ “O conceito de propriedade privada tem dois significados. Um deles é a privação dos meios de produção; o outro é uma atitude geral para com a vida caracterizada pelo desejo de possuir um objeto (ou uma pessoa reduzida à coisa) para poder desfrutar dele, apropriar-se dele” (BOTTOMORE, 2012, p. 536).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



institui-se o modo de produção feudal, cuja estrutura social se funda na posse da terra e nas unidades econômico-sociais, desse período histórico, os feudos.

No feudalismo mantinha-se a produção de mercadorias para troca, baseada principalmente no trabalho artesanal, o que tornou a estrutura social feudal mais complexa. Os comerciantes e mercadores começaram a ganhar importância e a buscar mecanismos associativos, dando um novo rumo ao período feudal por meio da posse da terra, a única fonte de riqueza, implicando no poder de governar para o clero e a nobreza. O crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e o crescimento das cidades proporcionaram ao camponês o rompimento dos laços que o prendiam tão fortemente ao senhor feudal (HUBERMAM, 1981). O capital mercantil atraiu uma nova forma de riqueza, que antes privilegiava a riqueza da propriedade da terra, e agora a riqueza mobiliária, expressa pela acumulação de dinheiro. A sociedade feudal entrou em declínio, e os comerciantes foram tornando-se protagonistas importantes, agora os seus interesses chocavam-se diretamente com os da nobreza feudal (NETTO, 2012). Em paralelo, esse processo fundou suas bases na assimetria entre mulheres e homens. As vantagens que o capital extraiu através da exploração de riquezas, atenuaram-se em comparação às extraídas da degradação do trabalho e da posição social das mulheres (FEDERICI, 2017).

O Feudalismo foi um marco histórico de validação da supremacia dos homens a se consolidar no capitalismo. Se torna fato consumado a separação entre produção e reprodução e, por decorrência, a hierarquização da divisão sexual do trabalho. Ideoculturalmente institui-se que os homens estão “destinados” a trabalhos remunerados nos espaços ditos públicos, enquanto as mulheres propensas “naturalmente” ao lar ou condenadas como “bruxas”. A política sexual da caça às bruxas é revelada pela relação entre a bruxa e o diabo medieval. Esse fenômeno não só santificava a supremacia masculina, como também induzia os homens a temer as mulheres, e a vê-las como destruidoras do sexo masculino. A linguagem da caça às bruxas “produziu” a mulher pervertida por natureza, esse foi o primeiro passo na transformação da atividade sexual das mulheres em um trabalho a serviço

PROMOÇÃO



APOIO



dos homens e da procriação. Sendo fundamental nesse processo, a proibição de todas as formas não procriativas da sexualidade feminina (FEDERICI, 2017).

Vê-se que essa arquitetura de gênero, para vida em sociedade, foi cunhada desde os primórdios, solidificada na idade média, a exemplo da Escolástica⁸ que proibiu a mulher de produzir conhecimento ou expressar sua lógica racional, se constituiu em uma das bases de sustentação capitalista para instituir o espaço doméstico e o da reprodução – do cuidado, do afeto, da sensibilidade- como o lugar da mulher. O cartesianismo renascentista significou, por outro lado, o coroamento do processo de identificação da mulher com a natureza, ambas reduzidas à matéria inerte, não criativa, a ser plenamente dominada pelo intelecto humano, ou seja, pelo homem (androcentrismo). E até mesmo com a Revolução Francesa, cujo deslanchar contou com a ampla participação das mulheres, lhes fora vetado o acesso à cidadania e ao mundo público (BARRETTO e TIMBÓ, 2008).

3. TRABALHO (IM) PRODUTIVO DAS MULHERES E A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS

O desenvolvimento do modo de produção capitalista requer a existência de homens e mulheres que detenham apenas sua força de trabalho, para vendê-la no mercado e aqueles que as comprem. Esse processo que divide a sociedade entre trabalhadores/as assalariados/as e capitalistas, não é acidental ou natural, esse antagonismo de classes resulta de um processo histórico, que como diria Marx começou na pré-história do capitalismo, na chamada acumulação primitiva⁹ (NETTO, 2012).

⁸ Filosofia religiosa da idade média.

⁹ “A acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de O capital com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de um termo útil na medida em que proporciona um denominador comum que permite conceituar as mudanças produzidas pelo advento do capitalismo nas relações econômicas e sociais” (FEDERICI, 2017, P. 26).



Pode-se demarcar que as bases para o advento do capitalismo se inscreve entre os séculos XV e XVI, quando da dissolução dos pilares feudais, quais sejam: a abolição da servidão na Inglaterra e a expropriação da base fundiária do/a camponês/a e quando foi lançada uma massa de trabalhadores/as “livres como pássaros” (MARX, 1985), momento em que o capitalismo adquire o formato de sistema de produção vigente.

Vale ressaltar que alguns/algumas teóricos/as defendem a tese de que o capitalismo não surgiu na cidade. Problematiza-se que há uma tendência de relacionar o desenvolvimento do capitalismo no ocidente apenas à autonomia das cidades e aos burgueses. Ellen Wood (2001, p. 76-77) defende que,

A tendência a identificá-lo com as cidades e o comércio urbano (...) costuma ser acompanhada por uma inclinação a fazê-lo parecer uma consequência mais ou menos automática de práticas tão antigas quanto a história humana, ou até consequência de uma inclinação ‘natural’ nas palavras de Adam Smith, a ‘comerciar, permutar e trocar’.

Nesse sentido, Wood (2001) ressalta que a dinâmica do capitalismo foi instaurada na agricultura inglesa antes mesmo da proletarização da força de trabalho. Isso significa dizer que a base material da economia emergente da Inglaterra do século XVI era a agricultura e pode-se acrescentar que, com isso, o trabalho produtivo das mulheres tinha a devida importância. Destarte, a dinâmica do capitalismo a que se refere a autora contou com um “fator preponderante na promoção da proletarização do trabalho, na Inglaterra. O fator crucial foi a dependência dos produtores e, também, dos apropriadores em relação ao mercado, além dos novos imperativos sociais criados por essa dependência” (WOOD, 2001, p. 103).

Tais imperativos sociais são tratados por Marx (1988), mas Federici (2017) amplia o espectro quando destaca que a acumulação capitalista não implicou exclusivamente na expropriação da terra do campesinato e na formação do trabalhador independente “livre” mas, também, acarreta profundas transformações na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Pode-se afirmar que a chamada acumulação primitiva não foi apenas uma acumulação e

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma concentração de trabalhadores/as exploráveis e de capital. Mas foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, raça e idade se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. É fato que as bases da chamada acumulação primitiva englobam “o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna...” (MARX, 1988, p. 264-265). Esses foram alguns dos métodos para transformar o campo em agricultura capitalista e incorporar a base fundiária ao capital e, assim, ofertar à indústria urbana uma parcela necessária de proletários livres. Cabe destacar, entretanto, que as mulheres camponesas, em grande parte, não se renderam facilmente ao “canto da sereia” para o ingresso no mercado de trabalho como mão de obra livre e assalariada (FEDERICI, 2017).

Não é por acaso, o movimento de caça às bruxas por mais de trezentos anos, com o objetivo premente de “domesticar” as mulheres que resistiam à ordem do capital. Tal como faz referência Federici (2017),

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas [...] foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos (FEDERICI, 2017, p. 305).

Na engenharia capitalista, a opressão e a desvalorização do trabalho feminino são fenômenos importantes para a garantia do desenvolvimento e manutenção da ordem do capital, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. De acordo com Federici, (2017) a história que cria as bases do patriarcado e torna as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi e é de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo, pois, impõe uma divisão sexual do trabalho

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

implicando diferenciação não apenas nas tarefas desempenhadas por mulheres e homens, mas em todas as esferas da vida em sociedade, lançando uma relação de poder sobre o trabalho feminino e destinando as mulheres para a esfera reprodutiva. Pouco discutido, mas importante, é que a desvalorização e a feminização do trabalho reprodutivo é um desastre, também, para os homens trabalhadores, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvaloriza o seu produto: a força de trabalho.

A divisão do trabalho, em especialidades produtivas, gera uma hierarquia social e de gênero na qual, engendram-se a exploração e opressão de classe, gênero e raça. Para Hirata e Kergoat (2007, p.599) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). Cabe destacar que para apreender a essência da divisão sexual do trabalho é preciso ir além do plano conceitual, mas apreender essa forma particular da divisão social do trabalho a partir de dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados remetendo ao “destino natural” da espécie (HIRATA, KERGOAT, 2007). Assim, justifica-se a relação assimétrica do trabalho entre os sexos, a improdutividade do trabalho das mulheres e, em última instância, maquia-se a real necessidade do capital – manutenção da exploração e opressão de gênero, classe e raça para sua sustentação, assegurar a mais-valia.

As mulheres, sobretudo, as mulheres negras são impelidas a todo custo para a esfera reprodutiva, além de serem atravessadas por violências diversas e pelas

PROMOÇÃO



APOIO



condições de subalternidade e desvantagem.¹⁰ É patente a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, onde o processo de divisão social do trabalho é subordinado às relações classistas, racistas e machistas existentes. Por isso, quando se entende a divisão do trabalho somente como um elemento técnico da produção, tende-se a pensá-la somente como uma força produtiva, desligada de seu outro lado, básico para a realização da troca, colocada nas relações sociais de produção.

No trilhar da presente reflexão, cabe reafirmar que o surgimento do capitalismo se dá em condições mais adversas à mulher do que ao homem. A divisão sexual do trabalho, que antes era apontada como uma divisão natural e técnica é profundamente modificada no capitalismo. Com a complexificação das relações sociais, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vai modificando essas diferenças. Relegar as mulheres para esfera reprodutiva é sem dúvida a forma mais perversa de controle, inclusive de seus corpos, como no caso da criminalização da contracepção e atualmente a criminalização do aborto.

No mundo do capital o trabalho produtivo das mulheres, no âmbito doméstico, é desvalorizado e desconsiderado, inclusive, segundo o marxismo tradicional não gera mais valia. O que não condiz com a realidade, haja vista que o lucro produzido pelo trabalho assalariado não seria possível sem o trabalho doméstico não remunerado. As mulheres tornaram-se a infraestrutura necessária que permite os trabalhadores irem diariamente ao emprego. Elas tentaram resistir a este fato, mas diante das táticas opressoras e intimidatórias que usaram contra elas, fracassaram (FEDERICI, 2021).

4. CONCLUSÃO

¹⁰ Ver: FRANÇOISE. Vergès. Uma Teoria feminista da violência. Ubu editora, 2020; BORGES, Juliana. O que é Encarceramento em Massa? Belo Horizonte – MG:Letramento: Justificando, 2019; GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de Negro. Editora Marco Zero, 1982.

As breves digressões teóricas e históricas conduzem a apreensão de que o desenvolvimento capitalista conta, sobremaneira, com o trabalho produtivo das mulheres desde os primórdios, quando, então, instituiu as primeiras formas de relações sociais responsáveis pelo surgimento do excedente econômico.

Assim, concluímos que o trabalho das mulheres dito “improdutivo”, desvalorizado e assimétrico tem uma relação recíproca e interdependente com a lógica de sustentação do modo de produção capitalista.

O trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres trabalhadoras oferece as condições necessárias ao desenvolvimento capitalista, ao assegurar a mais valia por meio da produção e reprodução da força de trabalho. O trabalho não remunerado das mulheres é pilar da acumulação capitalista (MIES, 2019). Isso significa dizer o capitalismo depende do ocultamento do trabalho produtivo das mulheres. Assim, considerá-lo improdutivo é fundamental para torná-lo hierarquicamente desigual no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e manutenção da ordem vigente, visto que, a acumulação do capital é dependente da acumulação de diferenças e de desigualdades.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elvira Simões; TIMBÓ, Regina. **“Não faça do seu carro uma arma. A vítima pode ser você”**: onde está o gênero nas notícias jornalísticas sobre acidentes de trânsito? MARTINS Moisés de Lemos e PINTO, Manuel (2008) Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) ISBN 978-989-95500-1-8

BARRETTO, Elvira Simões. **Identities de Género en las series de televisión**: una reflexión en torno a la Cultura de la Violencia. Barcelona-Espanha, 2008. 398p. Tese doutoral do Programa de Doctorat “Periodisme i Ciències de la Comunicació”.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro. ZAHAR Editores, 2012. Disponível: Acesso em: Junho de 2023

CHAPMAN, Anne. **Los Selk'nam, la vida de los Onas**, Buenos Aires, Emecé Editores, 1989.

EISLER, Raine. **O cálice e a espada: a nossa história, o nosso futuro**. Imago editora. Rio de Janeiro. 1987.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e acumulação Primitiva**. Rio de Janeiro. Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero, feminismo**. ed 1. São Paulo. Boitempo, 2021.

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lucia de. **As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas**. Revista Acadêmica Licenciaturas · Ivoti · v. 2 · n. 1 · p. 113-121 · janeiro/junho 2014.

HARRISON, J. E. **Prolegomena to the study of Greek Religion**. Cambridge UP. 1903. In: <https://archive.org/details/prolegomenatostu00harr>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HARTMANN, Heidi. **Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex**. Signs, Vol. 1, No. 3, no. 3, 1976, pp. 137–169. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173001>. Acesso em: 9 abr.2023.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino / Femenino. El Pensamiento de la Diferencia**. Barcelona, Ariel, 1996.

HARRISON, J. E. **Prolegomena to the study of Greek Religion**. Cambridge UP. 1903. In: <https://archive.org/details/prolegomenatostu00harr>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HARTMANN, Heidi. **Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex**. Signs, Vol. 1, No. 3, no. 3, 1976, pp. 137–169. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173001>. Acesso em: 9 abr.2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. ZAHAR Editores, 1981. Disponível: Acesso em: setembro 2022.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda: Arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo**. Ed. Ver. E ampliada. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2007

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Economistas, v. 1).

_____. **O capital: crítica da economia política**. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Economistas, v. 2).

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. 1ed Editora Traficantes de sueños. Madrid, 2019.

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga, ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a seivageria, através da barbárie, até a civilização**.

Evolucionismo Cultural, 1877. Disponível em:

https://www.academia.edu/37279121/Lewis_Henry_Morgan_A_SOCIEDADE_ANTIGA

Acesso em: 15 fev. 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica, v. 1).

SANTOS, Milena. **Estado, Política e Controle do Capital**. Maceió: Col. V, 2016. p. 11-78.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem agrária do Capitalismo**. In: A origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001. p. 75-100.

PROMOÇÃO



APOIO

